



Acordo para Estímulo da Agricultura de Baixo Carbono é Assinado pelo BNDES

Em 20 de agosto, foi assinado acordo entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), através do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o Instituto Febraban de Educação (INFI), e a Associação Brasileira das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE). Trata-se de acordo de cooperação técnica para financiamento de projetos que possam integrar o Programa para Redução da Emissão de Gases do Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC).

Além de reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa (GEEs) provenientes da agropecuária, o Programa ABC possui como objetivos a redução dos desmatamentos, o aumento da produção agropecuária em bases sustentáveis, adequação das propriedades rurais à legislação ambiental, ampliação da área de florestas cultivadas; e o estímulo à recuperação de áreas degradadas.

Através do acordo, será realizada a capacitação de profissionais para análise, elaboração e enquadramento de projetos, e serão criados roteiros para elaboração de projetos técnicos relacionados às tecnologias passíveis de apoio pelo Programa ABC. Estes profissionais serão capacitados pela Embrapa e atuarão como multiplicadores de informações referentes a estas tecnologias.

A responsabilidade pela elaboração dos roteiros será compartilhada entre o SENAR e a Embrapa, que irão considerar a localização da propriedade rural, com foco no bioma e na microrregião. Para mais informações, acesse www.bndes.gov.br.



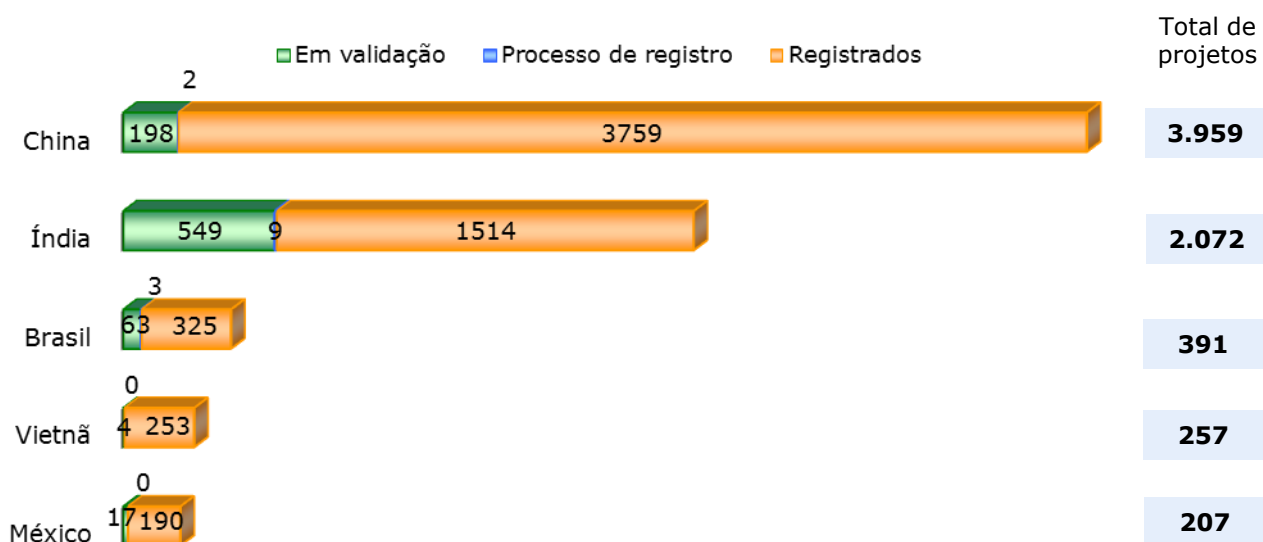
Fonte: Banco Nacional do Desenvolvimento, 2014, <http://www.bndes.gov.br>

Panorama do Mercado de Carbono

Fonte: UNEP Risoe Centre, 1º de agosto de 2014

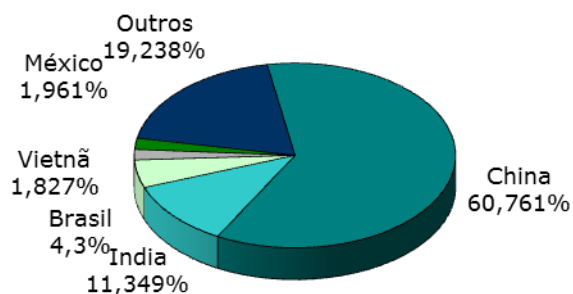
Projetos no âmbito do MDL no Brasil e no Mundo

Existem hoje 7.538 projetos em MDL registrados no Conselho Executivo da ONU, que geram anualmente 981 milhões de créditos de carbono. A China permanece na liderança de projetos registrados, com 3.759, seguida da Índia (1.514) e do Brasil (325).

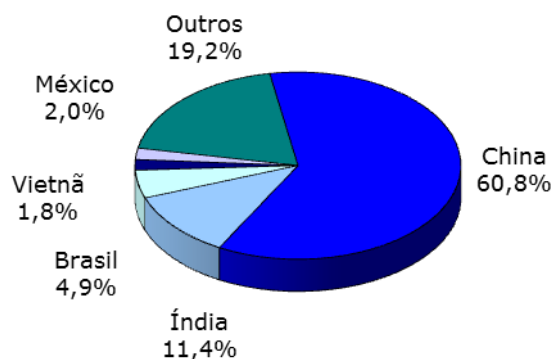


China, Índia, Brasil, Vietnã e México somam 80% dos projetos de MDL registrados, gerando cerca de 792 milhões de Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) ao ano. A China se destaca ao responder por 50% das RCEs.

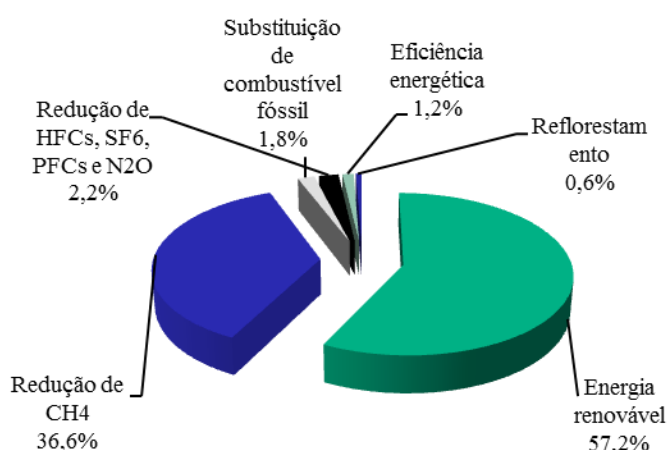
Projetos Registrados



RCE (Reduções Certificadas de Emissões)



Projetos brasileiros registrados no Conselho Executivo do MDL por categoria



Os projetos de MDL são desenvolvidos de acordo com as metodologias aprovadas pelo Conselho Executivo.

A maior parte das atividades dos projetos registrados do Brasil está no setor energético (186). O país apresenta também 119 projetos de redução de gás metano, subdivididos em emissões de metano evitadas (65), captura de CO₂ (1), aterro sanitário (50) e emissões fugitivas (3).

Estão situados na Região Sudeste 38,4% dos projetos de MDL brasileiros, sendo São Paulo o estado com a participação mais expressiva.

Recursos do Fundo Clima são realocados

O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima), um dos principais instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), remanejará os recursos não-reembolsáveis, previstos para 2014. Os recursos poderão ser utilizados para o financiamento de projetos desenvolvidos em áreas diversas, voltadas ao combate ao aquecimento global. São elegíveis projetos que tratem de “desenvolvimento e difusão tecnológica, práticas adaptativas para o desenvolvimento sustentável do semiárido, monitoramento e avaliação e adaptação da sociedade e ecossistemas”. Para mais informações, acesse www.mma.gov.br.



FUNDO CLIMA

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2014, www.mma.gov.br



Brasil discute novo acordo do clima

Estão em andamento no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) as negociações de um novo acordo multilateral. Em substituição ao Protocolo de Quioto, o acordo entrará em vigor a partir de 2020. No Brasil, o processo de contribuições dos interessados é coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores. A participação da sociedade se dará por consulta pública em dois momentos. A primeira fase da consulta foi realizada de 26 de maio a 22 de julho, com base em um questionário online. A partir das sugestões recebidas, foi elaborado um relatório com indicação de possíveis modalidades para a contribuição nacional, disponível em <http://diplomaciapublica.itamaraty.gov.br/consultaclima-fase2>. Esse documento será submetido a novas consultas públicas (segunda fase), em reuniões presenciais em setembro e por meio eletrônico até 23 de novembro. A versão final subsidiará a tomada de decisão, pelo Governo Federal, sobre a contribuição que o Brasil apresentará nas negociações internacionais do novo acordo sobre mudança do clima.

Fonte: Ministério das Relações Exteriores, www.mre.gov.br.

Agende-se:

Curso: Inventário de Gases de Efeito Estufa: Sustentabilidade Corporativa e Pública

São Paulo
11 e 12 de setembro de 2014
www.cetesb.sp.gov.br

Seminário Indústria e Mitigação da Mudança do Clima

Rio de Janeiro – RJ
16 de setembro de 2014
www.firjan.org.br

2nd Brazilian Bioenergy Science and Technology Conference – BBEST

São Paulo
20 a 24 de outubro de 2014
<http://www.bbest.org.br/>

Curso: Sustentabilidade no Universo do “Meio Ambiente Industrial”

São Paulo
15 a 17 de setembro de 2014
www.rmai.com.br

Escritório do Carbono
GMA /DQV
(21) 2563-4140 / carbono@firjan.org.br

Fórum Empresarial
de Mudanças Climáticas
(21) 2563-4694 / fmc@firjan.org.br